

OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS
INFORME BRASIL Nº 10/2014

Período: 05/04/2014 – 11/04/2014

GEDES – Brasil

- 1- Exposição sobre Mario Lago relembra sua participação política durante o regime militar
- 2- Razões que invalidam a Lei da Anistia
- 3- Mino Carta esconde seu papel com jornalista durante regime militar
- 4- Delfim Netto afirmou que Geisel foi responsável pela falência econômica do Brasil na década de 1970
- 5- Importantes obras literárias e cinematográfica do Brasil desenvolveram-se dentro da prisão durante o regime militar
- 6- João Goulart agiu de acordo com a lei
- 7- Iniciou-se no dia 05/04/14 a Ocupação do Complexo de Favelas da Maré
- 8- Autópsia de João Goulart será realizada por universidades estrangeiras
- 9- Comissão Nacional de Verdade mapeia centros clandestinos utilizados durante o regime militar
- 10- Sete instalações militares serão investigadas
- 11- Jornalista relatou sua percepção sobre o regime militar
- 12- Celebração do aniversário de Brasília contará com debates sobre o regime militar
- 13- Procurador-Geral da República diz que pederastia é crime militar

1- Exposição sobre Mario Lago relembra sua participação política durante o regime militar

Segundo o periódico *Correio Braziliense*, a exposição “Eu Lago Sou – Mario Lago, um homem do século 20” que ocorre em Brasília, no Distrito Federal, desde o dia 03/04/14, tem como intuito mostrar, além de outros fatos da vida do artista, sua participação política durante o regime militar (1964-1985). De acordo com o *Correio*, Lago foi militante de esquerda, mas não filiado ao Partido Comunista e ficou 58 dias preso durante o regime. (*Correio Braziliense* - Diversão e Arte - 05/04/14)

2- Razões que invalidam a Lei da Anistia

Em coluna opinativa publicada no jornal *Folha de S. Paulo*, o advogado e colunista Oscar Vilhena Vieira lembrou que o ex-ministro da Justiça, José Carlos Dias, afirmou recentemente aos alunos de Direito da Fundação Getúlio Vargas (FGV) que a questão referente à revisão da Lei da Anistia (1979) lhe causa “profundo tormento”. Vieira se propôs a “enfrentar publicamente” o ex-ministro por ter clareza de que seus críticos contribuirão em muito para iluminar suas legítimas dúvidas. De acordo com Vieira, a lei possui três razões que a fazem inválida. A primeira se referente à ilegalidade, estabelecida pelo direito internacional, a tortura e aos desaparecimentos forçados e a existência de barreiras à responsabilização de tais atos. A segunda razão é direcionada à incompatibilidade entre a Constituição de 1969, assim como a de 1988, que defende “inviolabilidade dos direitos concernentes à vida, à liberdade...” e,

portanto, não serviria de validade para uma lei que anistiou os que afrontaram tais valores. Vieira afirmou que caso o Supremo Tribunal Federal (STF) declarasse a lei como inconstitucional, essa não seria revogada, mas sim anulada e portanto, não se aplicaria as questões envolvendo a retroatividade da lei. A terceira razão relaciona-se com a questão da prescrição, pois os crimes contra humanidade não prescrevem e, sendo assim, a Anistia apenas suspenderia seus prazos. Vieira defendeu como essencial o reconhecimento e reprovação das práticas contra os direitos humanos durante o regime militar (1964-1985), processo que se iniciará pelas Forças Armadas em sindicâncias de averiguação de crimes ocorridos em suas dependências, o que possibilitará uma eventual reconciliação entre os militares e a democracia. (Folha de S. Paulo - Cotidiano - 05/04/14)

3- Mino Carta esconde seu papel com jornalista durante regime militar

Em coluna opinativa para o jornal *Folha de S. Paulo*, o geógrafo Demétrio Magnoli criticou a postura do jornalista Mino Carta que, em um ensaio histórico publicado, no dia 02/04/14, na revista Carta Capital, escreveu sobre a relação entre o regime militar (1964-1985) e a imprensa brasileira. Magnoli criticou Carta por omitir em seu ensaio que era diretor de redação da revista *Veja* durante o governo militar e em 01/04/1970, escreveu que "os militares surgiram como o único antídoto de seguro efeito contra a subversão e a corrupção". Segundo Magnoli, na época, a imprensa tinha conhecimento das torturas ocorridas e que a censura proibia textos, "mas nunca obrigaram a escrever algo". Para Magnoli, Carta escondeu que assinou inúmeros artigos e editoriais em favor dos militares, enquanto muitas revistas e jornais criticados por ele pediram desculpas por seu apoio ao regime. (Folha de S. Paulo - Poder - 05/04/14)

4- Delfim Netto afirmou que Geisel foi responsável pela falência econômica do Brasil na década de 1970

Em entrevista concedida ao periódico *Folha de S. Paulo*, o economista e ex-ministro da Fazenda, Delfim Netto, afirmou que durante o regime militar (1964-1985) a decisão do ex-presidente da República Ernesto Geisel, então presidente da Petrobras S/A, no governo do general Emílio Garrastazu Médici, de não abrir a exploração de petróleo às empresas privadas acabou por levar a economia do Brasil à falência no final dos anos 1970. No período, o país era dependente da importação de petróleo e foi fortemente afetado pelas altas dos preços, derivadas da crise do petróleo. Netto afirmou que em 1972 comunicou ao governo brasileiro que os países árabes estavam elaborando a formação de um cartel e que os preços do petróleo seriam elevados. A proposta era abrir a exploração de petróleo da Petrobras com o objetivo de aumentar a produção nacional, mas Geisel se opôs à decisão. Durante a entrevista, o ex-ministro afirmou também que a decisão de romper com a autonomia do Banco Central ocorreu devido à insistência do órgão em estabelecer uma política restritiva em um momento no qual o país passava por uma recessão profunda e um alto nível de desemprego. (Folha de S. Paulo - Poder - 05/04/14)

5- Importantes obras literárias e cinematográfica do Brasil desenvolveram-se dentro da prisão durante o regime militar

Segundo o colunista do jornal *O Estado de S. Paulo*, Sérgio Augusto três das obras mais importantes do início do regime militar (1964-1985) “nasceram ou tomaram forma” da prisão de oito intelectuais que protestavam em frente ao hotel Glória, na cidade do Rio de Janeiro, durante a abertura da conferência da Organização dos Estados Americanos (OEA), em 1965. Esses intelectuais foram presos no quartel do 1º Exército, na Rua Barão de Mesquita, no Rio de Janeiro, e ficaram conhecidos como “os oito do Glória”. O grupo era composto, entre outros, pelos jornalistas Carlos Heitor Cony, que escreveu “Pessach: A Travessia”, Glauber Rocha, que finalizou “Terra em Transe” e Antônio Callado, de “Quarup”. O romance de Cony criticava setores radicais da esquerda e o Partido Comunista, tendo atraído inimigos durante o regime. Já o filme de Rocha foi proibido pela censura e dividiu as esquerdas, agradou a alguns, enquanto outros o consideraram muito confuso e alegórico para ser compreendido pelas massas. (O Estado de S. Paulo - Cultura - 05/04/14)

6- João Goulart agiu de acordo com a lei

Em coluna opinativa para o jornal *O Estado de S. Paulo*, o jornalista Marcelo Rubens Paiva lembrou a tomada de poder pelos militares (1964) e afirmou que o então presidente da República, João Goulart, seguiu a lei durante todo período, apesar das afirmações recorrentes de que o golpe foi resultado da instabilidade e desordem provocadas por ele. Segundo Paiva, na época o país estava ideologicamente polarizado e a conspiração era generalizada. Muitos países passavam por momentos semelhantes, entretanto, no Brasil, a situação levou ao regime militar (1964-1985). Com a renúncia do presidente da República Jânio Quadros, em 1961, o então vice Goulart, que se encontrava na República Popular da China, foi impedido de voltar ao país e o presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli, foi empossado presidente da República. A “campanha da legalidade” pediu que fosse cumprida a Constituição, mas na recusa dos militares em aceitarem Goulart, a decisão foi mudar o regime político do Brasil para o parlamentarismo e tornar Tancredo Neves primeiro-ministro. Em 1963, uma decisão tomada em plebiscito definiu a volta do presidencialismo ao país. Paiva afirmou que pesquisas encontradas recentemente apontam que, na época, 59% da população era a favor das medidas anunciadas por Goulart no Comício da Central do Brasil e 49,8% votariam nele caso pudesse ser candidato à reeleição. Segundo Paiva, no dia 01/04/1964 o Congresso Nacional declarou vago o cargo de presidente da República e novamente empossou Mazzilli. Posteriormente, uma junta militar tomou o poder, dando início ao regime militar. (O Estado de S. Paulo - Cultura - 05/04/14)

7- Iniciou-se no dia 05/04/14 a Ocupação do Complexo de Favelas da Maré

Segundo os jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, iniciou-se no dia 05/04/14 a ocupação do Complexo de Favelas da Maré, na cidade do Rio de Janeiro, pelas Forças Armadas. A operação se iniciou com 2500 fuzileiros da Marinha e membros da brigada paraquedista do Exército que tiveram como primeira missão percorrer a região e realizar o seu mapeamento.

Posteriormente, o efetivo foi reduzido para 1600 homens, os quais se revezam em turnos de seis horas, para manutenção do trabalho. Nesse primeiro momento da ocupação, as buscas se concentram em casas que eram anteriormente utilizadas por traficantes. A *Folha* afirmou que os militares já conhecem os locais que eram utilizados pelo traficante Marcelo dos Santos, ex-paraquedista do Exército, que garantia treinamento militar aos membros da facção, preso recentemente pela Polícia Federal. Desde o dia 30/03/14, 300 policiais militares também atuam na região. Segundo *O Estado*, a base da Força de Pacificação da Maré está montada no quartel do Centro de Preparação de Oficiais de Reserva. *O Estado* afirmou que a Marinha é responsável por cinco favelas do complexo, localizadas ao sul da Linha Amarela, e o Exército responsável por outras dez unidades. De acordo com o ministro da Defesa, Celso Amorim, a atuação das Forças Armadas ocorrerá até julho e está ligada ao esquema de segurança para Copa do Mundo de futebol. Segundo a *Folha*, a ocupação militar antecipa a implantação de uma Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) e contribui com o governo do estado do Rio de Janeiro em sua política de segurança. Ainda, de acordo com a *Folha*, o sucesso da ocupação pelas Forças Armadas passa pela aprovação da comunidade e, por isso, as tropas começaram um processo de conscientização dos moradores através do diálogo. Os militares pretendem receber ajuda da comunidade para manter o patrulhamento, pois é preciso montar postos de observação nas lajes das casas para evitar surpresas por parte dos traficantes. *O Estado* divulgou que, apesar da ocupação, no dia 07/04/14, uma equipe do jornal foi abordada por traficantes enquanto trabalhava no local, acerca de 200 metros da praça da Vila dos Pinheiros, onde se concentravam militares da Marinha e policiais militares. O general de Brigada e comandante da Força de Pacificação da Maré, Roberto Escoto, admitiu que as favelas ainda abrigam traficantes. Segundo *O Estado*, um balanço divulgado, no dia 07/04/14, pela Força de Pacificação apontou que os militares já apreenderam equipamentos usados para triturar cocaína, 242 cartuchos de pistola calibre 45, uma arma branca com inscrições de uma facção criminosa, três equipamentos de rádio, R\$ 970 em espécie e dois veículos roubados, além de pequenas quantidades de diversas drogas. Ainda, de acordo com os jornais *Correio Braziliense*, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, a Força de Pacificação da Maré sofreu cinco ataques entre os dias 07 e 08/04/14. Esses ataques ocorreram em localidades do Complexo de Favelas da Maré, como na favela Vila dos Pinheiros, onde um grupo de militares acompanhava uma manifestação e foram recebidos por tiros, e na favela Vila do João, onde tiros foram direcionados contra dois locais em que militares faziam plantões. Segundo a *Folha*, alguns moradores manifestaram-se contrários à presença dos militares. O governador do estado do Rio de Janeiro, Luiz Fernando Pezão, relatou que serão necessários investimentos de longo prazo para que se resolva os problemas de segurança do Complexo de Favelas da Maré. (*Correio Braziliense* - Brasil - 09/04/14; *Folha de S. Paulo* - Cotidiano - 05/04/14; *Folha de S. Paulo* - Poder - 06/04/14; *Folha de S. Paulo* - Cotidiano - 07/04/14; *Folha de S. Paulo* - Cotidiano - 09/04/14; *O Estado de S. Paulo* - Metrópole - 05/04/14; *O Estado de S. Paulo* - Metrópole - 06/04/14; *O Estado de S. Paulo* - Metrópole - 08/04/14; *O Estado de S. Paulo* - Metrópole - 09/04/14)

8- Autópsia de João Goulart será realizada por universidades estrangeiras

De acordo com o periódico *Correio Braziliense*, os restos mortais do ex-presidente da República João Goulart serão analisados por dois laboratórios estrangeiros. O laboratório da Universidade de Coimbra, em Portugal, receberá os tecidos moles, enquanto o da Universidade de Múrcia, na Espanha, receberá os ossos. As perícias buscam afastar a suspeita de que Goulart tenha sido assassinado durante o regime militar (1964-1985), pela Operação Condor, que tinha como objetivo neutralizar os grupos de oposição aos regimes militares na América Latina. De acordo com a Comissão Nacional da Verdade (CNV), os laboratórios estrangeiros realizarão o exames toxicológicos, pois suspeita-se que Goulart tenha sido envenenado, com a troca de sua medicação de uso diário. A escolha desses laboratórios, foi realizada pela polícia federal, devido a impossibilidade de seu Instituto de Criminalística em poder testar algumas substâncias. O ex-presidente morreu, em 1976, na cidade de Mercedes, na Argentina, durante o exílio. A expectativa de duração do processo de análise dos restos mortais é de seis meses a um ano, quando será divulgado o resultado final. (Correio Brasiliense - Política - 06/04/14)

9- Comissão Nacional de Verdade mapeia centros clandestinos utilizados durante o regime militar

Segundo os periódicos *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, no dia 07/04/14, a Comissão Nacional da Verdade (CNV) apresentou um relatório parcial com o mapeamento dos centros clandestinos usados pelas Forças Armadas durante o regime militar (1964-1985). O levantamento realizado pela historiadora e assistente da CNV Heloísa Starling, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), demonstrou que era comum durante o regime militar a manutenção de estruturas clandestinas, fora de quartéis ou delegacias, para levar presos políticos. A *Folha* ressaltou que a CNV apontou 17 centros clandestinos, dentre eles casas, apartamentos, sítios e fazendas emprestados, em sua maioria, por empresários amigos do regime. De acordo com relatório apresentado pela comissão, tais centros eram de conhecimento dos comandantes do Exército, da Marinha, da Aeronáutica e, segundo Starling, faziam parte da estrutura de inteligência e repressão do regime. Dentre os principais centros, o jornal ressaltou a Casa da Morte, em Petrópolis, no estado do Rio de Janeiro; a Fazenda 31 de Março, na zona sul de São Paulo e a Casa Azul, no Pará. Segundo a *Folha*, pelo menos 14 militantes morreram na Casa da Morte, que operou entre 1971 e 1974, enquanto ao menos 24 guerrilheiros participantes da Guerrilha do Araguaia (1967-1974) foram executados na Casa Azul. Já na Fazenda 31 de Março, o jornal apontou que Joaquim Câmara Ferreira, importante nome da esquerda armada, morreu sob tortura. Além disso, informantes da esquerda, denominados “cachorros” frequentavam esse centros clandestinos para receberem e passarem instruções, assim como para serem remunerados pelos serviços prestados. No mesmo dia o sargento do Exército Roberto Artoni depôs à comissão, sobre os centros de tortura na área do Destacamento de Operações de Informações (DOI) do 2º Exército. O sargento trabalhou com o capitão Ênio Pimentel da Silveira, comandante da seção de investigação do DOI, como informante. Segundo o agente Marival Chaves, Artoni poderia revelar o destino de militantes do Partido Comunista Brasileiro, da Aliança Libertadora Nacional e do Movimento de Libertação

Popular, que foram presos pelo DOI. (Folha de S. Paulo - Poder - 06/04/14; Folha de S. Paulo - Cotidiano - 07/04/14; Folha de S. Paulo - Poder - 08/04/14; O Estado de S. Paulo - Política - 07/04/14)

10- Sete instalações militares serão investigadas

Em coluna de opinativa para o jornal *O Estado de S. Paulo*, Kenneth Serbin, diretor do Departamento de História da Universidade de San Diego, nos Estados Unidos da América, afirmou que as Forças Armadas brasileiras investigarão as torturas e mortes ocorridas em sete instalações militares usadas para prender e interrogar presos políticos durante o regime militar (1964-1985). Segundo o ministro da Defesa, Celso Amorim, o processo levará 30 dias. (O Estado de S. Paulo - Aliás - 06/04/14)

11- Jornalista relatou sua percepção sobre o regime militar

Em coluna opinativa para o jornal *O Estado de S. Paulo*, o filósofo e jornalista Fernão Lara Mesquita afirmou que a tomada de poder de 1964 foi a forma encontrada pelos militares de barrarem o avanço comunista que acontecia na época pela polarização da Guerra Fria (1945-1991). Segundo Mesquita, a intenção do primeiro governo militar era “limpar a área” da corrupção e devolver o governo aos civis, entretanto essa intenção mudou com o Ato Institucional n° 2, que extinguiu partidos políticos, interferiu no Poder Judiciário e tornou indireta a eleição para presidente da República. Mesquita defendeu que a repressão só surgiu a partir do “19º assassinato cometido pela esquerda armada”, o que levou o governo militar a instaurar o Ato Institucional n° 5, que endureceu o regime nos anos seguintes. Para Mesquita o Brasil vivia em uma guerra, o que segundo ele é “a suspensão completa da racionalidade e do respeito à dignidade humana”. (O Estado de S. Paulo - Opinião - 07/04/14)

12- Celebração do aniversário de Brasília contará com debates sobre o regime militar

De acordo com o jornal *Correio Braziliense*, a celebração dos 54 anos de Brasília, capital federal, unirá literatura, música, dança, teatro e cinema aos debates sobre o cinquentenário da tomada de poder pelos militares, ocorrida em 01/04/1964. Além da 2ª edição da Bienal Brasil do Livro e da Leitura, estão previstos shows com cantores e compositores que participaram da oposição ao regime militar (1964-1985). Segundo Hamilton Pereira, secretário de Cultura do Distrito Federal, é necessário refletir sobre o golpe civil-militar. Para Pereira, não haveria melhor lugar para dialogar do que a bienal, para a qual foram convidados testemunhas e artistas que conversarão com a juventude. (Correio Braziliense - Cidades - 08/04/14)

13- Procurador-Geral da República diz que pederastia é crime militar

Segundo os periódicos *Correio Braziliense* e *O Estado de S. Paulo*, o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, contrariou, através de parecer enviado ao Supremo Tribunal Federal (STF), a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental, apresentado por sua antecessora Helenita Acioli. Tal

ação solicitava que as práticas de “pederastia ou ato de libidinagem”, mesmo que consensual, “homossexual ou não”, deixassem de ser consideradas crime pelo Código Penal Militar, de 1969. Janot alegou que o artigo 235 da legislação, que prevê detenção de seis meses a um ano para quem pratica tais atos não viola a Constituição Federal de 1988, por estar sujeito à competência militar. De acordo com *O Estado*, o procurador-geral declarou que a regra é resultado das “peculiaridades do serviço militar e da organização das Forças Armadas”, nos quais a ordem interna e a disciplina são diferentes do serviço civil e das relações trabalhistas privadas, mas que a menção à pederastia e ao ato homossexual no corpo do artigo é “dispensável”. Segundo o *Correio*, o Superior Tribunal Militar (STM) já manifestou o interesse na aprovação do Projeto de Lei nº 2.773/2000, que tem por objetivo modificar a norma para a retirada do termo “pederastia” e da expressão “homossexuais ou não”. (*Correio Braziliense* - Brasil - 09/04/14; *O Estado de S. Paulo* - Metrópole - 09/04/14)

SITES DE REFERÊNCIA

Correio Braziliense – www.correioweb.com.br
Folha de S. Paulo – www.folhaonline.com.br
O Estado de S. Paulo – www.estadao.com.br

* Informamos que as colunas opinativas da Folha de S. Paulo e o conteúdo na íntegra do Correio Brasiliense e O Estado de S. Paulo não são disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a gedes@franca.unesp.br

Equipe:

Bruce Scheidl Campos (Redator, graduando em Relações Internacionais);
Cristal de Moraes Siqueira (Redatora, graduanda em Relações Internacionais);
David Succi Júnior (Redator, graduando em Relações Internacionais, bolsista Proex);
Giulia Botossi Gomes (Redatora, graduanda em Relações Internacionais);
Grazielle Gouveia (Redatora, graduanda em Relações Internacionais);
Heed Mariano Silva Pereira (Supervisora, graduada em Relações Internacionais);
Juliana de Paula Bigatão (Supervisora, doutoranda em Relações Internacionais);
Laura Meneghim Donadelli (Supervisora, mestranda em Relações Internacionais);
Marina Moreno Gomes (Redatora, graduanda em Relações Internacionais);
Victor Brando Coelho (Redator, graduando em Relações Internacionais)